

~~Brasil - Japão~~ Disposição para negociar

Depois que representantes dos partidos governistas criticaram medidas como o aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) — de 0,2% para 0,38% — e a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores públicos inativos, a equipe econômica deu sinais de que aceita mudanças, desde que a conta do ajuste feche nos R\$ 28 bilhões definidos como meta de superávit primário (receitas menos despesas, excluindo gastos com juros) para 1999. Com isso, mostrou de que o governo negociará o pacote fiscal com o Congresso.

"Estamos numa democracia, e o Poder Executivo não pode nem te-

ve a pretensão de impor nada ao Congresso Nacional", disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. Segundo ele, é fundamental ter a percepção da importância que o país tem para o mercado internacional e de que a solução da situação fiscal é necessária para que o Brasil não seja encarado como "o patinho feito" a cada crise.

A primeira demonstração de que a área econômica do governo está sensível aos políticos foi a retirada do pacote da proposta que prorroga o Fundo de Estabilização Fiscal de 2000 a 2006, ampliando de 20% para 40% o percentual de receitas de sua composição. Nos encontros com os parlamentares,

o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, preferiram nem tocar no assunto.

A Fazenda insiste na prorrogação e no aumento para forçar uma discussão mais rápida da reforma tributária — ainda não enviada ao Congresso. Aprovada a reforma, o FEF desapareceria.

O governo precisa da conclusão da reforma da Previdência, um sinal importante para os investidores internacionais e para o Fundo Monetário Internacional. O FMI acompanha as reações do Congresso ao pacote para a conclusão do acordo que dará ao país um socorro financeiro de cerca de US\$ 30 bilhões.